Conjuntura labmundo

EDITORIAL

Prezados (as) leitores (as),

O Conjuntura #15 traz um panorama das principais notícias referentes ao mês de março de 2015, chamando atenção para os temas que dialogam com os projetos de pesquisa do Laboratório. No campo dos direitos humano, trazemos o debate sobre redução da maioridade penal no Brasil e a repcercussão na ONU. No plano regional, apresentamos a discussão sobre a relação Estados Unidos e Cuba assim como apontamentos sobre a política externa de Dilma para os EUA, dentre outros assuntos. Na seção "Resumo de pesquisa", apresentamos o trabalho de Leandro Conde, mestrando em Ciência política pelo IESP-UERJ e pesquisador do LABMUNDO. Por fim, o Ateliê de cartografia mapeia as áreas mais problemáticas do mundo no que diz respeito ao tema da migração, utilizando o indicador de mortes reportadas durante tentativas de migração.

Desejamos uma boa leitura e bons estudos.

Equipe Conjuntura LABMUNDO

NOTÍCIAS

Brasil e Estados Unidos

Ainda que estremecidas em virtude do evento de espionagem por parte dos EUA, as relações entre os dois países têm sido fortalecidas devido à crise econômica e à necessidade de melhorar os laços comerciais e de investimento. O passo diplomático foi dado pelo Presidente Barrack Obama ao realizar o convite de visita de Estado a Washington para a Presidenta Dilma Rousseff. É importante ressaltar que, desde 1995, nenhum presidente brasileiro havia recebido tal convite. O objetivo estadunidense é aumentar o comércio entre as duas principais economias da América e definir áreas estratégicas para investimento e cooperação. "Apesar de nossas relações algumas vezes terem tido problemas, estamos apostando no sucesso e no aumento de importância do Brasil", disse uma autoridade dos EUA.

Fontes: Brasil no Mundo.

A redução da maioridade penal

Reforçando toda uma literatura que afirma que a política externa brasileira é e deve ser tratada como política pública, está presente o debate sobre a maioridade penal no Brasil. Tal temática, polêmica, que surge no cenário político doméstico brasileiro e ocupa as comissões deliberativas do Congresso, ganha repercussão internacional. Recentemente, após a aprovação pela Câmara da admissibilidade da proposta de Emenda sobre a maioridade penal (de 18 para 16 anos), a UNICEF, com mandato para acompanhar a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança, se declarou contrária à proposta. A justificativa é que a redução da maioridade penal está em desacordo com o estabelecido na Convenção, na Constituição Federal do Brasil e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por fim, o que é importante observar na notícia, é a interdependência entre a política doméstica e a política externa, e como a imagem do Brasil no mundo está associada às circunstâncias internas do país.

Fontes: Carta Capital, G1 e Unicef.

Sobre outras reduções

Após um período de relações estreitas e diálogos frequentes entre o Brasil e os países africanos, sobretudo durante os dois mandatos do ex-Presidente Lula que buscou reforçar as estratégias de cooperação Sul-Sul, o segundo mandato de Dilma Rousseff anuncia tempos difíceis para a Cooperação Sul-Sul. Falta de recursos e pouco apetite por política externa são os motivos apontados por estudiosos. Em torno de 25% foi a marca da redução dos recursos no orçamento de cooperação com a África, e vários projetos brasileiros no continente estão em ritmo lento. Em alguns casos, por exemplo, o Pró Savana (projeto em parceria com o Japão implementado em Moçambique), a desaceleração pode ser positiva: que reflexões as autoridades brasileiras poderiam fazer em torno da CSS, a fim de evitar problemas conhecidos e já muito estudados no caso da Cooperação Norte-Sul? A conjuntura de retração da economia brasileira com refle- xos que começam a alcançar as estratégias de políti- ca externa poderia se converter em momento reflexivo pelos autores oficiais e não-governamentais?

Fontes: R7 e Folha.

Uma nota brasileira à Nigéria

Seguindo uma estratégia de diversificação da política externa e de reconhecimento dos avanços democráticos em países em desenvolvimento, o Brasil recentemente elogiou o processo eleitoral na Nigéria. Na ocasião, por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmou que "o amplo comparecimento de eleitores constituiu importante vitória da democracia"; e por fim, concluiu-se na mesma nota que "as eleições nigerianas revestem-se de especial relevância, tendo em conta o papel de destaque que a Nigéria desempenha no continente africano".

Fontes: Brasil.gov e BBC.

Enquanto isso... no Itamaraty

A situação ainda não está fácil para o Itamaraty. As relações exteriores brasileiras passam por um momento que, há algum tempo, tem estado distante daqueles vivenciados no período Lula e Celso Amorim. Diante disso as críticas não cessam e as cobranças tampouco. Ativistas cobram o fim do "silêncio" do Itamaraty no que concerne a defesa dos direitos humanos em âmbito internacional. Pela primeira vez, em anos, o Conselho de Direitos Humanos da ONU encerra seus trabalhos e o Brasil não envia um representante de alto nível para a reunião; fato este que causou rebuliço entre líderes de movimentos defensores da causa, bem como entre algumas ONGs. Em meio a tudo isso e ao momento difícil do MRE o Ex-ministro da defesa e das relações exteriores brasileiras, Celso Amorim, afirma que uma "boa diplomacia" é essencial para uma "boa política externa". Segundo Amorim, a confiança que o Brasil conquistou no cenário internacional não pode ser desperdiçada. Ainda que tenha se recusado a comentar as medidas políticas da presidente Dilma Rousseff, tais afirmações sobre a PEB só reforça uma crítica à mesma, que já vem sendo alvo pela baixa relevância no período Dilma.

Fontes: BBC, Estadão e Agência Brasil.

Os passos para mais transparência no Itamaraty e na PEB

No último dia 25 de Março foi lançado, pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), o primeiro número da revista "Cadernos de Política Exterior", publicada pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). O objetivo da publicação é contribuir para fomen- tar maior debate público pela sociedade civil: ONGs, universidades, estudantes, centro de pesquisas e a quem mais possam interessar. O atual ministro das relações exteriores brasileiras, Mauro Vieira, por oca- sião do lançamento, afirmou a importância de tornar mais transparente as políticas públicas implementa- das pelo País, logo, a partir disso, destacou a impor- tância de aproximar a diplomacia da sociedade civil e como a revista poderá contribuir para um caminho de maior transparência do Itamaraty. Nesse mesmo ca- minho de transparência e ampliação da participação da sociedade civil se direciona o MERCOSUL, que re- centemente salientou a relevância de se incluírem outros atores, que não os governos somente, para discutir a questão da integração regional.

Fonte: Mundorama e Carta Capital.

Sobre fazer as pazes

Depois da retomada histórica das relações diplomáticas entre EUA e Cuba, este propõe àquele a primeira reunião para discutir Direitos Humanos. Mais um momento emblemático para a política internacional, tendo em vista a complicada relação que há anos marcava a trajetória diplomática entre as duas nações.

Fonte: R7.

Brasil e China na Guiné Bissau

O Labmundo apresenta a dissertação de Timóteo Saba M'bunde sob o título de "As Políticas Externas de Cooperação para o Desenvolvimento da China e do Brasil na Guiné-Bissau: uma Análise em Perspectiva Comparada" defendida em janeiro de 2015. Além disso, o pesquisador tem contribuído com o jornal "O Democrata" apresentando suas análises sobre a conjuntura política do continente africano. A dissertação e o link para as reportagens encontram-se no site do Labmundo.

RESUMO DE PESQUISA

Título: Desenvolvimento e Política Externa: assimetria, condicionalidade e humilhação na cooperação internacional para o desenvolvimento

Autor: Leandro Conde

Resumo: O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) tal como fora constituído no pós-Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, está relacionado com a dominação material e simbólica dos países em desenvolvimento, tipo de dominação que é fundamental para a manutenção das desigualdades entre os países no sistema internacional. Centrado e exportar o modelo de desenvolvimento e gestão pública ocidental para os países em desenvolvimento, tendo como ponto alto a criação do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No início do século XXI, o campo da CID viu emergir novos atores, reflexo das mudanças em curso na geopolítica e na geoeconomia lideradas pelas potências emergentes, notadamente os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que são centrais nessa mudança, mas também outros países em desenvolvimento. Estes Estados identificam sua cooperação como cooperação Sul-Sul (CSS), aportando ao campo da CID novos discursos e abordagens que destoam do CAD, sobretudo, quanto à cooperação sem condicionalidades.
Nesta pesquisa, partimos do quadro teórico elaborado por Bertrand Badie (2014), que identifica a humilhação como fator estruturante e organizador do sistema internacional. A humilhação nas relações internacionais tornou-se fator comum e manifesta-se, sobretudo, na negação do status almejado pelos diferentes Estados, o que produz três tipos de humilhações: de negação da igualdade, de estigmatização e de relegação. O esforço centra-se em lançar luz ao papel que a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) desempenha dentro do sistema da humilhação, identificando dois padrões diferentes de CID: o referente aos Estados membros do (CAD) e o referente aos Estados que não participam do CAD, neste caso, notadamente, países do Sul Global. Para tanto, primeiramente, discutiremos como "desenvolvimento" se constituiu como uma crença ocidental amplamente compartilhada como um fenômeno global. Posteriormente, a partir da teoria da dádiva de Marcel Mauss (2003), analisamos como a questão da reciprocidade decorrente da relação estabelecida na cooperação do CAD e dos Estados não-CAD ajudanos a identificar os tipos de relações que são estabelecidos nestas práticas. Por fim, analisamos de forma comparada a agenda de política externa de cooperação da França e do Brasil, tomando-os como modelos, o último como representativo da cooperação Sul-Sul e o primeiro como representativo da cooperação do CAD/OCDE.

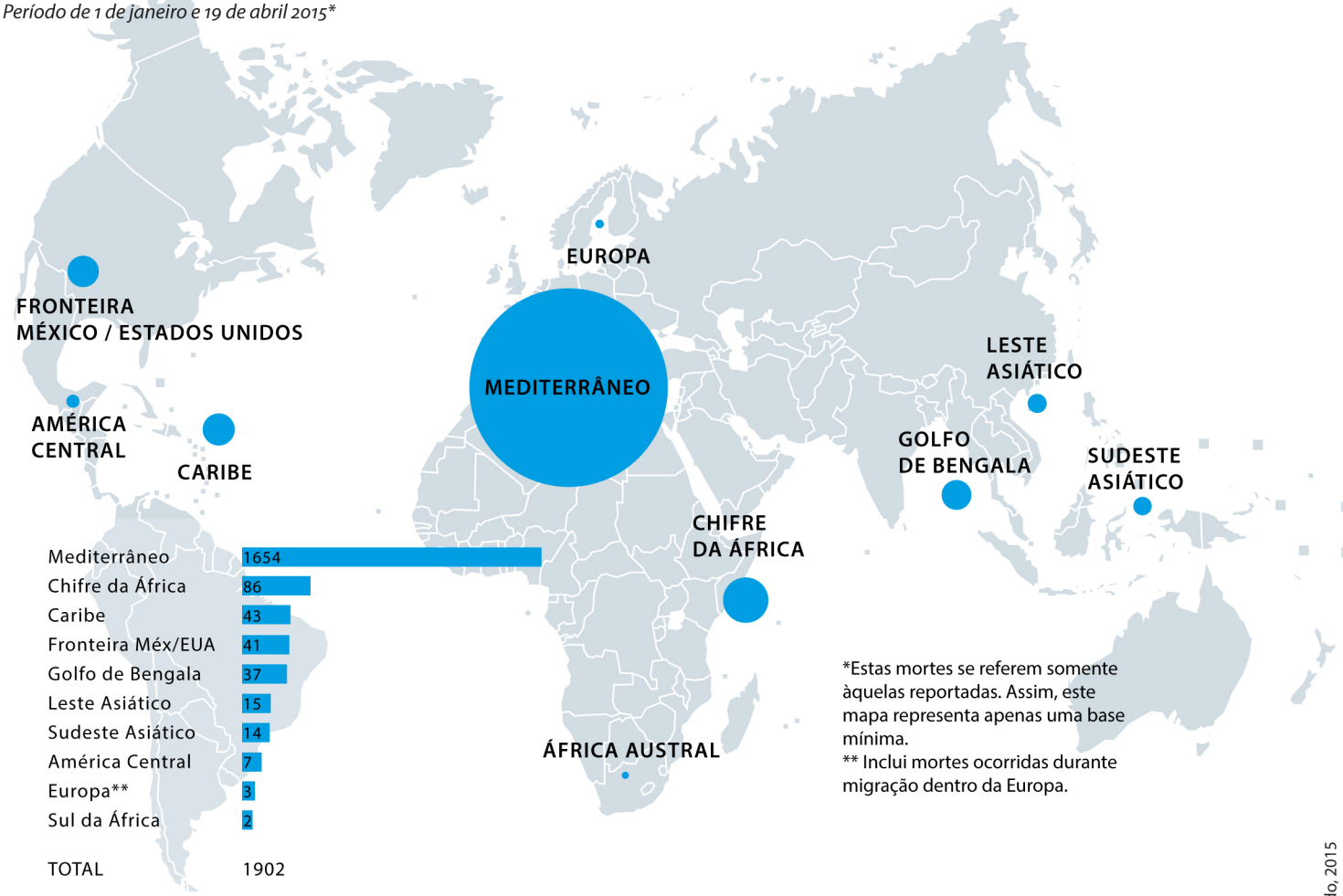
ATELIÊ DE CARTOGRAFIA LABMUNDO

O perigo na migração

No dia 20 de abril, um barco repleto de migrantes que buscavam realizar a travessia entre o Norte da África e a Europa afundou no mar Mediterrâneo. Calcula-se um número acima de 900 vítimas neste naufrágio.
O Mediterrâneo é a rota em que mais morrem migrantes. A Organização Mundial para as Migrações registrou no ano passado a morte de 3279 pessoas nesta região. Como comparação, o segundo lugar mais mortal teria sido o Golfo de Bengala, com 540.
A situação está mais difícil por causa da grave instabilidade presente no Norte da África e no Oriente Médio. A guerra civil na Síria provocou o que foi definido pela ONU como o maior deslocamento de pessoas desde a Segunda Guerra Mundial. Algo em torno de 4 milhões de Sírios buscaram refúgio fora do país (internamente seriam 8 milhões de desabrigados). Os sírios são a maior nacionalidade (mais de 42 mil indivíduos) do conjunto estimado de 219 mil migrantes que cruzaram o Mediterrâneo em 2014 buscando um futuro melhor na Europa. A instabilidade na Líbia também facilita o uso de suas cidades portuárias como rota para a travessia.
O quadro migratório é um desafio para a Europa, pressionada pela crise econômica, pela ascensão de partidos de extrema direita e pelo aumento da xenofobia. A concentração dos destinos (em especial, Itália e Grécia) dificulta uma ação concertada pelo continente para enfrentar a questão, uma vez que os países ao norte se sentem menos pressionados.
Há poucas perspectiva para a melhora da situação destes migrantes. Muitos fugindo da fome e de zonas em conflito enfrentam risco de morte durante a travessia e terminam por ter seus direitos violados mesmo em solo europeu.

MORTES DURANTE MIGRAÇÕES

*Período de 1 de janeiro e 19 de abril 2015**



Mediterrâneo	1654
Chifre da África	86
Caribe	43
Fronteira Méx/EUA	41
Golfo de Bengala	37
Leste Asiático	15
Sudeste Asiático	14
América Central	7
Europa**	3
Sul da África	2
TOTAL	1902

*Estas mortes se referem somente àquelas reportadas. Assim, este mapa representa apenas uma base mínima.
** Inclui mortes ocorridas durante migração dentro da Europa.

Labmundo, 2015

Fonte: Organização Mundial para as Migrações, http://missingmigrants.iom.int/, 2015